

Sumário

1 Breve Histórico. O Juizado Especial Criminal. Motivos de Sua Criação. O Acordo de Não-Persecução Penal do Art. 28-A do CPP, Com a Redação Dada pela Lei nº 13.964/19. Repercussões nos Juizados Especiais Criminais. Aplicação Retroativa da Lei n. 9.099/95	1
2 Os Juizados Especiais Criminais e a Obrigatoriedade de Lei Estadual para sua Criação.....	13
2.1 Os Juizados Especiais Itinerantes.....	14
3 A Competência do Juizado Especial Criminal. Conexão com Outros Crimes. A Lei n. 11.313/06. Penas Cumulativas Não Afastam a Competência do Juizado Especial Criminal.....	17
3.1 Crimes abrangidos.....	19
3.2 Crimes militares. Vedação do tratamento previsto na Lei n. 9099/95..	19
3.3 Crimes contra o meio ambiente	28
3.4 Crimes de trânsito	29
3.5 Crimes eleitorais	30
3.6 Outras infrações penais	31
3.7 Crimes contra as relações de consumo (Lei n. 8.137/90).....	34
3.7.1 Crimes contra a ordem tributária (art. 2º, da Lei n. 8.137/90)	37
3.7.2 Crimes contra a propriedade industrial (Lei n. 9.279/96).....	37
3.8 Concurso de infrações penais – somatória das penas – aplicação da Lei do Juizado Especial Criminal afastada, se a soma das penas máximas abstratamente previstas superar 2 anos	40
3.9 Infrações penais de menor potencial ofensivo e autor do fato com foro privilegiado por prerrogativa de função.....	44
3.10 Desclassificação da imputação e possibilidade de transação penal.....	45

4 O Conceito de Infração Penal de Menor Potencial Ofensivo. Implicações	47
4.1 O conceito de infração de menor potencial ofensivo do art. 61 da Lei n. 9.099/95	47
4.2 O advento da Lei n. 10.259/01, que ampliou o conceito de infração penal de menor potencial ofensivo – todas as infrações penais cuja pena máxima não excede 2 anos ou multa. A Lei n. 11.313/06, que deu nova redação ao art. 61 da Lei n. 9.099/95 e ampliou definitivamente o conceito de infração penal de menor potencial ofensivo (2 anos ou multa, independentemente do rito) e pôs fim à controvérsia	48
4.2.1 Primeiro, facultou-se a possibilidade de transação penal, mais benéfica ao autor do fato. Secundariamente, a de suspensão condicional do processo.....	53
4.3 O advento do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/03) não modificou o conceito de infração penal de menor potencial ofensivo.....	54
4.4 As contravenções penais. Competência dos juizados estaduais	62
4.5 Infrações penais de menor potencial ofensivo. Prisão em flagrante e prisão preventiva. Cabimento. A Lei n. 11.340/06. A Lei n. 12.403/11 (a Lei de medidas cautelares no processo penal)	62
4.5.1 Prisão temporária. Não cabimento à luz da Lei Federal n. 7.960/89	68
5 A Composição Civil Extintiva da Punibilidade. O Art. 74 da Lei n. 9.099/95. Hipóteses de Aplicação. Execução. Lei n. 11.340/06	71
6 A Transação Penal. Vedações. Requisitos.....	79
6.1 Óbices à transação penal. A Lei n. 11.340/06.....	83
6.2 Da necessidade de fundamentação da manifestação do Ministério Público que proponha ou recuse a formulação de proposta de transação penal	90
6.3 Consequências do descumprimento da transação penal. A posição do STJ e do STF. A Súmula Vinculante n. 35, que prevê a possibilidade de oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial	93
6.3.1 Pena de multa transacionada não paga. Consequências.....	101
6.3.1.1 Não cabimento da conversão da transação penal descumprida em prisão	104

6.3.1.2 Contagem da prescrição em caso de transação penal homologada e descumprida	105
6.3.2 A transação penal nos delitos de ação privada.....	106
6.4 Do não cabimento da transação penal de ofício	111
6.5 Autoridade policial a que se refere o art. 69 da Lei n. 9.099/95.....	111
6.5.1 Indiciamento formal em crimes de menor potencial ofensivo. Situações em que se admite e casos em que é desnecessário	115
6.6 Multa ou cesta básica. Legalidade	117
6.6.1 Prestação pecuniária ou multa em casos de violência doméstica. Não cabimento. A Lei n. 11.340/06.....	120
6.7 Proposta de transação penal que reverta em benefício do Estado. Crítica.....	122
6.8 Não cabimento de proposta de transação penal que contenha medida mais gravosa do que a prevista no preceito secundário da norma penal	123
6.9 Transação penal. Requisitos em matéria de crimes ambientais de menor potencial ofensivo	125
6.9.1 Obrigação de fazer ou não fazer	126
6.10 Recusa da homologação da transação penal proposta pelo Ministério Público ou querelante. Possibilidade e recurso cabível para o Ministério Público ou querelante.....	126
6.11 Medida cabível em caso de requerimento e designação descabidos de audiência preliminar	129
6.12 Possibilidade de substituição da medida transacionada a requerimento do autor do fato	129
6.13 A transação penal nos casos de posse e guarda de drogas para uso próprio – mudanças trazidas pelo art. 28, da Lei n. 11.343/06	130
6.14 Transação penal e objetos apreendidos. Confisco: ilegalidade.....	137
6.15 Proposta de transação penal por carta precatória	138
6.16 Transação penal em caso de desclassificação da imputação	139
6.17 Questões de Concurso Sobre Transação Penal.....	140

7 A Suspensão Condicional do Processo. O Art. 89 da Lei n. 9.099/95	155
7.1 Hipóteses de aplicação	155
7.2 Óbices ao instituto da suspensão condicional do processo. A Lei n.11.340/06	157
7.3 Condições da suspensão condicional do processo.....	163
7.3.1 Condições e especificidades em matéria de crimes contra o meio ambiente da Lei n. 9.605/98	165
7.4 Revogação obrigatória e facultativa do benefício	167
7.5 Cabimento na ação penal privada	171
7.6 Constitucionalidade do instituto da suspensão condicional do processo.....	171
7.7 Suspensão condicional do processo: concurso de crimes e causa de aumento de pena	172
7.8 Vedação da suspensão condicional do processo de ofício	178
7.9 Momento da proposta de suspensão condicional do processo.....	183
7.10 Cabimento da proposta de suspensão condicional do processo em caso de desclassificação do delito	185
7.11 Suspensão condicional do processo em curso e atipicidade da conduta ou ausência de justa causa para a ação penal. Cabimento de habeas corpus.....	187
7.12 Suspensão condicional do processo e Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/06). Posições da jurisprudência	191
7.13 Prazo mínimo a ser observado entre uma suspensão condicional do processo e novo deferimento do benefício	194
7.14 Questões de Concurso Sobre a Suspensão Condicional do Processo...	198
8 Princípios Adotados Pela Lei do Juizado Especial Criminal	211
8.1 Princípio da oralidade	211
8.2 Princípios da informalidade e da simplicidade. A Lei n. 11.340/06	212
8.3 Princípios da economia processual e celeridade	215
8.4 Princípios legais implícitos.....	215
9 Da competência e dos atos processuais.....	217

9.1 Competência pelo lugar da infração penal	217
9.2 Publicidade dos atos processuais como regra.....	218
9.3 Validade dos atos processuais, sempre que atinjam a finalidade.....	219
9.4 A citação no juizado. A remessa ao Juízo comum em caso de não localização do acusado	220
9.5 Flexibilização das formas de intimação de atos processuais, desde que assegurada a ciência ao interessado	221
9.6 Obrigatoriedade de constar do mandado de citação e intimação a necessidade de o autor comparecer acompanhado de advogado	222

10 O Rito Procedimental Sumaríssimo dos Juizados

Especiais Criminais. A Denúncia ou Queixa. Audiência. Recursos..... 225

10.1 O procedimento sumaríssimo. A denúncia ou queixa. Remessa ao juízo comum de acordo com complexidade ou circunstâncias do caso.....	225
10.1.1 O art. 94, do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/03), e o art. 41, da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/06).....	225
10.2 Citação e intimações para a audiência de instrução e julgamento	230
10.3 A audiência de instrução e julgamento. Número de testemunhas arroladas pelas partes. A audiência virtual implementada em face da pandemia da covid 19.....	232
10.4 Dos recursos	238
10.4.1 Da apelação. Prazo e forma de interposição. Ausência de razões.....	239
10.4.2 Dos embargos de declaração. Hipóteses	241
10.4.3 Decisão que recebe a denúncia ou queixa. Não há recurso previsto em lei. Decisão que indefere pedido de designação de audiência preliminar ou deixa de homologar a transação penal. Ausência de previsão legal de recurso próprio	243
10.4.4 Mandado de segurança e habeas corpus. Competência	244
10.4.5 Constrangimento ilegal emanado de ato da Turma Recursal. Competência para julgamento do habeas corpus	246
10.4.6 Recurso em sentido estrito, Recurso Extraordinário, Agravo e Recurso Especial. Cabimento. Controvérsias	248

10.4.7 Não cabimento de embargos de divergência	251
10.4.8 Reclamação. Cabimento	251
10.4.9 Revisão Criminal. Cabimento	253
10.4.10 Carta testemunhável. Cabimento	253
10.5 Questões de Concurso Sobre Procedimento e Recursos no Juizado Especial Criminal	254
11 A execução no Juizado Especial Criminal	261
12 Enunciados Criminais do Fórum Nacional Permanente dos Coordenadores dos Juizados Especiais.....	265
13 Questões de Concurso	277
Referências	305